



7785121

08001.004855/2018-49

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**

Decisão nº 9/2018/DILIC/COPLI/CGL/SAA/SE

Destino: CGL**Assunto:** Julgamento de Recurso Administrativo do Pregão Eletrônico nº 18/2018**Recorrente:** IN PRESS OFICINA ASSESSORIA DE COMUNICACAO LTDA**Itens/Grupos:** Item 2 e Grupo 3.

A Pregoeira do Ministério da Justiça - MJ, no exercício das suas atribuições regimentais designada pela Portaria nº 88, de 18 de abril de 2018, e por força dos art. 4º, incisos XVIII e XX da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; art. 8º, inciso IV do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, e, subsidiariamente, do inciso II do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, apresenta, para os fins administrativos a que se destinam suas condições e decisões acerca dos **Recursos Administrativos** interpostos pela empresa **IN PRESS OFICINA ASSESSORIA DE COMUNICACAO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 15.758.602/0001-80, em relação ao **Item 2 e Grupo 3**.

1. DA SÍNTESE FÁTICA

1.1. Trata-se de Pregão Eletrônico nº 18/2018, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços auxiliares, acessórios e instrumentais às atividades de assessoria de imprensa, planejamento de comunicação e relações públicas, envolvendo os serviços de *clipping*, auditoria de imagem, *media training*, fotografia, atendimento à imprensa, produção de conteúdo escrito e audiovisual, ações de relacionamento em ambientes digitais, planejamento e realização de entrevistas coletivas, para suprir as necessidades do Ministério da Justiça - MJ, conforme condições estabelecidas no Edital.

1.2. A fase interna iniciou-se por meio do Memorando nº 83/2018/ASCOM/GM (6661804), em 02/07/2018, encerrando-se em 29/11/2018 com a autorização para deflagração do certame, conforme Despacho nº 2839/2018/CGL/SAA/SE (7599163).

1.3. O Aviso de Licitação do Pregão Eletrônico nº 18/2018 no Diário Oficial da União (7607345), no Jornal de Grande Circulação (7622681), assim como disponibilizado no sítio do Ministério da Justiça (7618138), deram início à fase externa da licitação, informando que a sessão pública do pregão ocorreria em 12/12/2018.

1.4. A abertura da sessão pública ocorreu no dia 12/12/2018, conforme agendando. A ordem de classificação do pregão foi acostada aos autos, conforme SEI nº 7691440.

1.5. Abaixo, segue tabela com o resumo das convocações referente ao item 2 e grupo 3, juntamente com eventos ocorridos:

ITEM 2									
Ordem de Classificação	Licitante Convocada	CNPJ	Lance Ofertado	Proposta	Certidões Regularidade	Diligências	Ocorrência	Situação	SEI
1ª	JHE COMUNICAÇÃO LTDA	14.173.825/0001-12	R\$ 80.490,00	7694957	7691682 e 7691693	7702821	Não restou comprovada a compatibilidade do objeto social da licitante com os itens/grupos licitados - Item 8.8.5 do Edital	Desclassificada	7696946
2ª	CLIPPING EXPRESS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO LTDA	05.886.896/0001-71	R\$ 80.500,00	7705243	7691921 e 7691932	7710818	Atendimento das exigências do Edital	Aceita e habilitada	7705485 e 7709662

GRUPO 3									
Ordem de Classificação	Licitante Convocada	CNPJ	Lance Ofertado	Proposta	Certidões Regularidade	Diligências	Ocorrência	Situação	SEI
1ª	CLIPPING EXPRESS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO LTDA	05.886.896/0001-71	R\$ 357.195,00	7694391	7691921 e 7691932	7701398, 7702272, 7702813	Atendimento das exigências do Edital	Aceita e habilitada	7702536 e 7709662

2. DA INTENÇÃO DE RECURSO

2.1. Aberto o prazo para apresentação de intenção de recurso, a licitante IN PRESS OFICINA ASSESSORIA DE COMUNICACAO LTDA interpôs manifestação para o item 2 e grupo 3, nos seguintes termos:

Manifestamos interesse na interposição de recurso, ao resultado de habilitação referente ao Item 2 – Auditoria de Imagem, de acordo com o item 11.1 do Edital, tendo em vista o descumprimento pela Licitante Clipping Express ao item 8.7.2 e inobservância aos requisitos constantes no item 8.8.1 e subitens.

Manifestamos interesse na interposição de recurso, ao resultado de habilitação referente ao Grupo 3 – Conteúdo Multimídia para Relacionamento em Ambientes Digitais, de acordo com o item 11.1 do Edital, tendo em vista o descumprimento, pela Licitante Clipping Express ao item 8.7.2 e inobservância aos requisitos constantes no item 8.8.1 e subitens.

3. DA TEMPESTIVIDADE

3.1. As razões de recurso apresentadas pela empresa IN PRESS OFICINA ASSESSORIA DE COMUNICACAO LTDA constam no SEI nº 7741001 (Item 2) e 7740280 (Grupo 3)

3.2. Em contrapartida, a licitante CLIPPING EXPRESS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO LTDA apresentou suas contrarrazões de recurso, conforme SEI nº 7779601 (Item 2) e 7779580 (Grupo 3).

4. **DAS RAZÕES DO RECURSO**

4.1. Em linhas gerais a **Recorrente**, IN PRESS OFICINA ASSESSORIA DE COMUNICACAO LTDA, alega:

4.1.1. Item 2:

3. DA FUNDAMENTAÇÃO

3.1. DOS ATESTADOS APRESENTADOS PELA LICITANTE CLIPPING EXPRESS

O Edital previa em seu item 8.8 que as empresas deveriam apresentar, no momento da habilitação, entre outros, os documentos de qualificação técnica.

Segundo os subitens do item supramencionado, a comprovação de capacidade técnico-operacional deveria ser realizada mediante apresentação de, no mínimo, 1 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante desempenhou ou desempenha serviços compatíveis com o objeto do pregão.

O Edital explicitava ainda que seria considerado como pertinente e compatível a comprovação da prestação dos serviços, por meio de atestados, nos termos descritos na tabela do item 8.8.1.1.

Para comprovação de capacidade técnico-operacional do item não agrupado 2 – Auditoria de Imagem, o atestado necessitava comprovar o “fornecimento de 1 relatório, de periodicidade mensal ou superior, de auditoria de imagem junto à mídia com análise de ao menos 3 veículos de comunicação, provenientes de ao menos 2 meios de comunicação”.

Logo, para a devida comprovação, o atestado de capacidade técnica necessitava observar três requisitos: 1- Fornecimento de 1 relatório de periodicidade mensal ou superior de auditoria de imagem; 2- com análise de ao menos 3 veículos de comunicação; e 3 – provenientes de ao menos 2 meios de comunicação.

Ocorre que, os atestados apresentados pela Licitante Clipping Express não atenderam a todas as exigências supramencionadas previstas no Edital.

A Licitante apresentou 3 (três) atestados.

O primeiro, da empresa Buenos Aires Comunicação Publicidade e Propaganda Ltda, atestou que a licitante detém “capacidade técnica na prestação de serviços diários de Gerenciamento de Mídias Sociais e Produção de Conteúdo diário”.

O atestado detalha ainda os serviços prestados. No entanto, não consta, em nenhum momento, a realização de análise de mídia para ao menos 2 meios de comunicação. Enfatiza-se que o monitoramento e a análise de monitoramento previstos no atestado correspondem apenas a mídias sociais.

O segundo atestado, da Procuradoria da República na Paraíba, atestou que a empresa Clipping Express prestou serviços de clipping jornalístico online, com monitoramento de mídia, gestão de informação e análise.

Embora o referido atestado preveja a realização de “análise de conteúdo”, esta análise refere-se apenas a “serviços de clipping jornalístico online”, da mesma forma como o atestado anterior, não abrangendo pelo menos 2 meios de comunicação.

O último atestado foi elaborado pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR que declarou que a Clipping Express presta serviços de clipping jornalístico, com monitoramento de mídias, gestão de informações, análise e auditoria de imagem.

O atestado detalha ainda que foi realizada análise da imagem da Companhia na mídia, no entanto, não apresenta para quais meios ou veículos teriam sido realizados essa análise.

Enfatizamos que no caso deste Pregoeiro julgar que este último atestado comprove todos os requisitos necessários, a licitante, ainda assim, não poderia ser declarada habilitada. Isso porque, o último atestado totaliza apenas 2 anos. Além disso, os demais não podem ser contabilizados por não abarcarem serviços similares ao objeto do Edital.

Ora, os procedimentos licitatórios possuem princípios basilares que são imprescindíveis para sua validação. A Lei 8.666/1993, em seu artigo 3º, definiu que a licitação destina-se a garantir a observância ao princípio constitucional da isonomia, da seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a

promoção do desenvolvimento nacional sustentável, devendo ser processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

O princípio da igualdade define que a Administração deve dar tratamento igual a todos interessados, condição essencial para garantia da competição em licitações. Por sua vez, o princípio da vinculação ao edital disciplina que todo processo de licitação deverá seguir seu Edital, documento fundamental que constitui lei entre as partes.

Abaixo à legislação pertinente à matéria, o Edital se sobressai, estabelecendo regras específicas e peculiares a cada licitação, devendo a Administração permanecer estritamente vinculada ao referido documento e condições nele estabelecidas.

Conforme ensinamentos de Hely Lopes Meirelles, “nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu”.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório em conjunto com o da isonomia visam proteger os procedimentos licitatórios de situações que afastem a administração das exigências fixadas nos editais. A administração deve abster-se de aceitar documentos com características diferentes das já especificadas.

Ora, a aceitação de documentos em descumprimento à exigência expressa do Edital eivam o procedimento licitatório de vícios insanáveis.

Ademais disso, a administração deve seguir aos ditames do princípio do julgamento objetivo, que determina que o administrador deve observar critérios objetivos, definidos no ato convocatório para julgamento da documentação e das propostas, afastando a possibilidade de o julgador utilizar-se de fatores subjetivos ou de critérios não previstos no instrumento de convocação, ainda que em benefício da própria Administração.

Aceitar atestados em desconformidade com as exigências do Edital, pressupondo a realização de determinado serviço é afastar-se da proteção do referido princípio.

A desobediência aos princípios basilares do processo licitatório compromete a validade do procedimento como um todo. Neste aspecto, o Tribunal de Contas da União já se manifestou por inúmeras vezes quanto à nulidade do certame nos casos em que houver desobediência às diretrizes fundamentais das licitações:

“A violação de princípios básicos da razoabilidade, da economicidade, da legalidade e da moralidade administrativa, e a desobediência às diretrizes fundamentais da licitação pública, no caso, a isonomia entre licitantes, o julgamento objetivo, a vinculação ao instrumento convocatório, bem como o caráter competitivo do certame constituem vícios insanáveis que ensejam a fixação de prazo para exato cumprimento da lei, no sentido de declarar a nulidade do certame. (TCU. Acórdão 6198/2009 Primeira Câmara)”

No caso em tela, a aceitação de atestados em desconformidade com as exigências do Edital gera o tratamento desigual para com os demais, afastando a Administração do dever de vinculação ao Edital bem como ao dever de julgar objetivamente os documentos apresentados pelas licitantes, motivo pelo qual, entendemos que o julgamento publicado por este Pregoeiro deve ser revisado.

Desta forma, ante o exposto, requer a desconsideração dos atestados apresentados pela licitante Clipping Express em virtude do não atendimento às regras específicas editalícias, bem como a inabilitação da mencionada.

3.2. DA NÃO APRESENTAÇÃO DE ÍNDICES DE LIQUIDEZ GERAL

O Edital previa em seu item 8.7.2 que para a Qualificação Econômico-financeira, a licitante deveria apresentar balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um) para comprovar que a licitante, ao ser contratada, terá saúde financeira para executar os serviços prestados.

No entanto, da análise dos documentos de habilitação apresentados pela Licitante Clipping Express verifica-se a não apresentação do documento mencionado.

Desta forma, considerando a inobservância a requisitos explícitos no Edital, correta seria a devida inabilitação da licitante, tendo em vista a não apresentação de documentos em conformidade com seu instrumento convocatório.

É cediço que a Administração deve atentar-se à observância dos princípios basilares do processo licitatório, entre eles o princípio da isonomia, da vinculação ao edital e do julgamento objeto. Isso porque, um certame que desatenda os mencionados princípios é eivado de vícios insanáveis.

Ora, o princípio da isonomia, paralelamente com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, visa conferir aos licitantes tratamento igualitário, devendo para tanto, serem estritamente observadas as normas editalícias. Isso porque, o Edital faz lei entre as partes envolvidas em um processo licitatório, devendo o Administrador, analisar a documentação apresentada em cotejo com as regras editalícias, sem margem para interpretações ou discricionariedade.

Assim, resta claro que se toda documentação exigida para habilitação não foi apresentada em momento oportuno, não há se falar em habilitação da licitante. Desta forma, requer a inabilitação da licitante Clipping Express pela não apresentação de todos documentos necessários a verificação da habilitação da licitante.

4.1.2. Grupo 3:

3. DA FUNDAMENTAÇÃO

3.1. DOS ATESTADOS APRESENTADOS PELA LICITANTE CLIPPING EXPRESS

O Edital previa em seu item 8.8 que as empresas deveriam apresentar, no momento da habilitação, entre outros, os documentos de qualificação técnica.

Segundo os subitens do item supramencionado, a comprovação de capacidade técnico-operacional deveria ser realizada mediante apresentação de, no mínimo, 1 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante desempenhou ou desempenha serviços compatíveis com o objeto do pregão.

O Edital explicitava ainda que seria considerado como pertinente e compatível a comprovação da prestação dos serviços, por meio de atestados, nos termos descritos na tabela do item 8.8.1.1.

Para comprovação de capacidade técnico-operacional referente ao Grupo 3 – Conteúdo Multimídia e Monitoramento de Redes Sociais, o atestado necessitava comprovar o “Fornecimento de serviço de monitoramento de redes sociais por 1 mês e produção de 15 posts (em texto, áudio, vídeo ou arte gráfica) mensais ou 180 anuais”.

Logo, para a devida comprovação, o atestado de capacidade técnica necessitava observar dois requisitos: 1- Fornecimento de monitoramento de redes sociais por 1 mês; e 2- produção de 15 posts mensais ou 180 anuais em texto, vídeo, áudio ou arte gráfica.

Ocorre que, os atestados apresentados pela Licitante Clipping Express não atenderam a todas as exigências supramencionadas previstas no Edital.

A Licitante apresentou 4 (quatro) atestados.

O primeiro deles, elaborado pelo Ministério Público do Trabalho, Procuradoria Geral, atesta que a licitante prestou serviço de Clipping eletrônico, em âmbito nacional, regional e local, para atender às necessidades das Assessorias de Comunicação Social do Ministério Público do Trabalho – MPT”.

O atestado especifica ainda alguns serviços prestados, entre eles, “monitoramento e captura de notícias em veículos online de abrangência local, regional e nacional; acompanhamento das menções e posições dos internautas sobre fatos, marcas, empresas, produtos e personalidades nas principais mídias sociais;”.

Enfatiza-se que o atestado se refere ao detalhamento do serviço de “clipping eletrônico”, conforme descrito no início do atestado, nada mencionando sobre produção de posts (em texto, áudio, vídeo ou arte gráfica), muito menos sobre seus quantitativos mínimos.

O segundo atestado foi emitido por B&I COMUNICAÇÃO LTDA e atestou que a licitante “detém capacidade técnica no que diz respeito à prestação de serviços diários de Gerenciamento em mídia sociais e Produção de Conteúdo”. O atestado descreve serviços realizados pelo licitante, entre eles: “Produção/Criação de Posts”.

No entanto, embora conste tal serviço no Atestado, não há qualquer indicação quanto ao quantitativo prestado pela Clipping Express durante o contrato.

Enfatiza-se que embora os serviços relatados tenham sido prestados de 09/10/2008 a 03/10/2017, não é possível presumir que o licitante tenha prestado a quantidade mínima de 15 posts mensais, tampouco 180 anuais. Isso porque, o licitante pode ter prestado o serviço de produção e posts em quantitativo bem inferior ao exigido.

Ressalta-se também que há previsão de publicações de posts diários, mas que isso difere-se de produção efetiva de posts com áudio, texto, vídeo ou arte gráfica produzido efetivamente pela licitante.

O terceiro atestado apresentado foi elaborado pela PRICE WATER HOUSE COOPERS AUDITORES INDEPENDENTES, declarando a prestação de serviço pela licitante de monitoramento de mídias sociais e relatório de inteligência.

No entanto, em nenhum momento o atestado apresenta o serviço de produção de posts, nem mesmo o quantitativo mínimo necessário.

O quarto e último atestado refere-se à prestação de serviços ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Novamente, o serviço atestado refere-se única e exclusivamente a monitoramento, não existindo qualquer menção à produção de Posts.

Desta forma, o único atestado que comprovaria a produção de posts seria o da B&I Comunicação. Ocorre que, referido atestado, como mencionado, não apresenta quantitativo mínimo de produção de posts com textos, áudios, vídeos ou arte gráficas. Enfatizamos novamente que, embora alguns serviços atestados possuam a execução diária ou semanal, em nenhum momento o atestado menciona a produção de posts diários ou semanais.

Verificando a questão, o Pregoeiro solicitou diligência à empresa licitante, requerendo a comprovação do quantitativo mínimo de posts referente ao atestado da B&I Comunicação (Literal Link).

Em resposta, o licitante apresentou novo documento, qual seja, atestado de capacidade técnica detalhando o fornecimento de serviço de monitoramento de redes sociais e produção de conteúdo no quantitativo de 1 post por dia.

O atestado entregue junto aos documentos de habilitação, tempestivamente, foi emitido por B&I COMUNICAÇÃO LTDA com CNPJ nº 00.795.404/0001-19, enquanto o segundo atestado, novo, utilizado após diligência da Pregoeira foi emitido por BUENOS AIRES COMUNICAÇÃO PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA, CNPJ nº 72.409.956/0001-52. Logo, os atestados não foram emitidos pela mesma pessoa jurídica.

Além disso, o atestado apresentado em momento posterior foi assinado em 13/12/2018, considerando que a abertura do pregão ocorreu apenas em 14/12/2018, qual o motivo pelo qual o licitante não apresentou o referido atestado em momento oportuno?

Devemos ressaltar que tal vício não é passível de ser sanado mediante diligência, tendo em vista que o Edital é claro ao definir que os atestados deveriam ser entregues, contendo as especificações mínimas no momento de habilitação.

A Lei 8.666/1993 é igualmente específica ao definir em seu art. 43, parágrafo terceiro que “é facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta”.

A Legislação é cristalina ao dispor que diligências são possíveis no procedimento licitatório, desde que não acarrete a inclusão de documento ou informação posterior.

A apresentação posterior de atestado pela Clipping Express não observou as duas vedações do artigo da Lei.

Ademais disso, admitir a apresentação posterior de atestados gera uma evidente desigualdade entre os participantes da licitação, uma vez que muitas empresas deixaram de participar por não dispor dos documentos necessários até o momento da habilitação e outros apresentaram todos os seus documentos em conformidade com o edital.

Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União já se manifestou de que as diligências durante o processo licitatório são possíveis, desde que não resulte a inserção de documento novo ou afronta à isonomia entre os participantes. (TCU. Jurisprudência – Informativo de Licitações e Contratos. Número 192 de 8 e 9 de abril de 2014. “[...] 3. A inabilitação de licitante em virtude da ausência de informações que possam ser supridas por meio de diligência, de que não resulte inserção de documento novo ou afronta à isonomia entre os participantes, caracteriza inobservância à jurisprudência do TCU. [...]”)

Ora, neste caso, a apresentação de novo atestado com novas informações se enquadra como inserção de documento novo. Logo, a substituição dos documentos é medida não cabível neste caso.

Os procedimentos licitatórios possuem princípios basilares que são imprescindíveis para sua validação. A Lei 8.666/1993, em seu artigo 3º, definiu que a licitação destina-se a garantir a observância ao princípio constitucional da isonomia, da seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, devendo ser processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

O princípio da igualdade define que a Administração deve dar tratamento igual a todos interessados, condição essencial para garantia da competição em licitações. Por sua vez, o princípio da vinculação ao edital disciplina que todo processo de licitação deverá seguir seu Edital, documento fundamental que constitui lei entre as partes.

Abaixo à legislação pertinente à matéria, o Edital se sobressai, estabelecendo regras específicas e peculiares a cada licitação, devendo a Administração permanecer estritamente vinculada ao referido documento e condições nele estabelecidas.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório em conjunto com o da isonomia visa proteger os procedimentos licitatórios de situações que afastem a administração das exigências fixadas nos editais. A administração deve abster-se de aceitar documentos com características diferentes das já

especificadas.

Ora, a aceitação de documentos em descumprimento à exigência expressa do Edital eivam o procedimento licitatório de vícios insanáveis.

Ademais disso, a administração deve seguir aos ditames do princípio do julgamento objetivo, que determina que o administrador deve observar critérios objetivos, definidos no ato convocatório para julgamento da documentação e das propostas, afastando a possibilidade de o julgador utilizar-se de fatores subjetivos ou de critérios não previstos no instrumento de convocação, ainda que em benefício da própria Administração.

Aceitar atestados em desconformidade com as exigências do Edital, pressupondo a realização de determinado serviço é afastar-se da proteção do referido princípio.

A desobediência aos princípios basilares do processo licitatório compromete a validade do procedimento como um todo. Neste aspecto, o Tribunal de Contas da União já se manifestou por inúmeras vezes quanto à nulidade do certame nos casos em que houver desobediência às diretrizes fundamentais das licitações:

“A violação de princípios básicos da razoabilidade, da economicidade, da legalidade e da moralidade administrativa, e a desobediência às diretrizes fundamentais da licitação pública, no caso, a isonomia entre licitantes, o julgamento objetivo, a vinculação ao instrumento convocatório, bem como o caráter competitivo do certame constituem vícios insanáveis que ensejam a fixação de prazo para exato cumprimento da lei, no sentido de declarar a nulidade do certame. (TCU. Acórdão 6198/2009 Primeira Câmara)”

No caso em tela, a aceitação de atestados em desconformidade com as exigências do Edital gera o tratamento desigual para com os demais, afastando a Administração do dever de vinculação ao Edital bem como ao dever de julgar objetivamente os documentos apresentados pelas licitantes, motivo pelo qual, entendemos que o julgamento publicado por este Pregoeiro deve ser revisado.

Desta forma, ante o exposto, requer a desconsideração dos atestados apresentados pela licitante Clipping Express em virtude do não atendimento às regras específicas editalícias, bem como a inabilitação da mencionada.

3.2. DA NÃO APRESENTAÇÃO DE ÍNDICES DE LIQUIDEZ GERAL

O Edital previa em seu item 8.7.2 que para a Qualificação Econômico-financeira, a licitante deveria apresentar balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

No entanto, da análise dos documentos de habilitação apresentados pela Licitante Clipping Express verifica-se a não apresentação do documento mencionado.

Desta forma, considerando a inobservância a requisitos explícitos no Edital, correta seria a devida inabilitação da licitante, tendo em vista a não apresentação de documentos em conformidade com seu instrumento convocatório.

É cediço que a Administração deve atentar-se à observância dos princípios basilares do processo licitatório, entre eles o princípio da isonomia, da vinculação ao edital e do julgamento objeto. Isso porque, um certame que desatenta os mencionados princípios é eivado de vícios insanáveis.

Ora, o princípio da isonomia, paralelamente com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, visa conferir aos licitantes tratamento igualitário, devendo para tanto, serem estritamente observadas as normas editalícias. Isso porque, o Edital faz lei entre as partes envolvidas em um processo licitatório, devendo o Administrador, analisar a documentação apresentada em cotejo com as regras editalícias, sem margem para interpretações ou discricionariedade.

Assim, resta claro que se toda documentação exigida para habilitação não foi apresentada em momento oportuno, não há se falar em habilitação da licitante. Desta forma, requerer a inabilitação da licitante Clipping Express pela não apresentação de todos documentos necessários a verificação da habilitação da licitante.

5. DAS CONTRARRAZÕES

5.1. A Recorrida, CLIPPING EXPRESS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO LTDA, contrapõe o seguinte:

5.1.1. Item 2:

DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA

Conforme edital nº 18/2018:

“item 8.7.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);”

“8.7.2.1. O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui (capital mínimo ou patrimônio líquido) equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.”

Conforme o balanço patrimonial e demonstrações contábeis apresentado pela Clipping Express, a empresa possui os seguintes índices:

LIQUIDEZ GERAL:

Ativo Circulante + R.L.P. = 5.136.540,97

Exigível Total 178.245,23

Resultado = 28,82, ou seja, a Empresa tem R\$ 28,82 para cada R\$ 1,00 de dívida.

Índice: 28,82

LIQUIDEZ CORRENTE

Ativo Circulante 4.259.309,72

Passivo Circulante 139.355,03

Resultado = 30,56, ou seja, a Empresa tem R\$ 30,56 para cada R\$ 1,00 de dívida.

Índice: 30,56

SOLVÊNCIA GERAL

Ativo Total 5.145.227,46

Exigível 178.245,23

Resultado = 28,87

Índice: 28,87

Conforme os dados financeiros acima, não há o que questionar. A empresa arrematante apresenta índice superior a 1(um) em : LIQUIDEZ GERAL; LIQUIDEZ CORRENTE; SOLVÊNCIA GERAL. De qualquer forma, a Clipping apresenta capital mínimo ou patrimônio líquido equivalente a 10% do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

Portanto, de qualquer forma, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis atendem totalmente a exigência DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA.

DO ATESTADO DE CAPACIDADE DA IMPORTANTE COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR

Conforme conteúdo do Atestado de Capacidade:

“Prestação de serviços de Clipping, suportado por sistema informatizado, de monitoramento, análise e integração dos processos de gestão de informações e exposição da disseminação do conhecimento produzido pela SANEPAR, bem como análise da imagem da Companhia na mídia, através de Auditorias de Imagem DIÁRIAS, compilados semanais e mensais.”

“Mailing de veículos de comunicação Nacional, regional e Local: Até a presente data, o monitoramento contempla mais de 10 mil veículos de comunicação, entre Online, Impresso, Rádio e Televisão.”

O Edital exige comprovação de fornecimento de 1 relatório, de periodicidade mensal ou superior, de auditoria de imagem junto à mídia com análise de ao menos 3 veículos de comunicação, provenientes de ao menos 2 meios de comunicação.

Ora, o Atestado é muito claro quando ao quantitativo: AUDITORIAS DE IMAGEM DIÁRIAS junto à 10 mil veículos de comunicação. Ou seja, o atestado apresentado atende totalmente a exigência. Na realidade, a periodicidade atestada é diária, e o edital exige apenas mensal ou superior, assim como a quantidade de veículos atestada é muito superior à solicitada.

Não há que se explicar, está descrito de forma clara e objetiva. Não há motivos para questionamentos e dúvidas. O atestado é válido.

O recurso da empresa IN PRESS não procede, pois não existe fundamento para tal.

5.1.2. Grupo 3:

DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA

Conforme edital nº 18/2018:

“item 8.7.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);”

“8.7.2.1. O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui (capital mínimo ou patrimônio líquido) equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.”

Conforme o balanço patrimonial e demonstrações contábeis apresentado pela Clipping Express, a empresa possui os seguintes índices:

LIQUIDEZ GERAL:

Ativo Circulante + R.L.P. = 5.136.540,97

Exigível Total 178.245,23

Resultado = 28,82, ou seja, a Empresa tem R\$ 28,82 para cada R\$ 1,00 de dívida.

Índice: 28,82

LIQUIDEZ CORRENTE

Ativo Circulante 4.259.309,72

Passivo Circulante 139.355,03

Resultado = 30,56, ou seja, a Empresa tem R\$ 30,56 para cada R\$ 1,00 de dívida.

Índice: 30,56

SOLVÊNCIA GERAL

Ativo Total 5.145.227,46

Exigível 178.245,23

Resultado = 28,87

Índice: 28,87

Conforme os dados financeiros acima, não há o que questionar. A empresa arrematante apresenta índice superior a 1(um) em : LIQUIDEZ GERAL; LIQUIDEZ CORRENTE; SOLVÊNCIA GERAL. De qualquer forma, a Clipping apresenta capital mínimo ou patrimônio líquido equivalente a 10% do valor total estimado da contratação ou do item pertinente. Portanto, de qualquer forma, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis atendem totalmente a exigência DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA.

DO ATESTADO DE CAPACIDADE DA EMPRESA LITERAL LINK, COM DATA DE 03 DE ABRIL DE 2017.

Em primeiro analisemos o atestado de capacidade técnica, entregue dia 12 de dezembro de 2018, no prazo estipulado no edital nº 18/2018 para habilitação do Grupo 3 (três), fornecido pela renomada empresa do estado do Paraná, Literal Link, o qual diz respeito “à Prestação de Serviços DIÁRIOS de Gerenciamento de Mídias Sociais e Produção de Conteúdo”, com data de 03 de abril de 2017.

O serviço de Gerenciamento de Redes Sociais é a administração completa do perfil do cliente e essa atividade contempla o processo de análise, definição de estratégia e linguagem, administração, PRODUÇÃO DE CONTEÚDO, monitoramento e o relacionamento diário e ativo com o público do cliente. Na área da Comunicação é sabido que não existe gerenciamento de mídias sociais sem todos os processos citados acima. Não se contrata o serviço de gerenciamento de redes sociais, sem a produção do conteúdo, para ser publicado em forma de áudio, vídeo, infográfico, texto, card animado, foto, podcast e outros. Na prática, se o serviço contratado não contemplar essa produção e publicação de POST para mídias sociais, esse recebe o nome de Monitoramento das Mídias Sociais. Isso é certo e verdadeiro.

Nesse sentido, quando a Literal Link atesta a excelente capacidade técnica da empresa Clipping Express em prestar serviços de Gerenciamento de Mídias Sociais e Produção de Conteúdo, de forma DIÁRIA, não há o que questionar. O objeto do atestado, “Gerenciamento de Mídias Sociais e Produção de Conteúdo”, o qual RESSALTA o serviço de PRODUÇÃO DE CONTEÚDO, que já estava contemplado no gerenciamento de mídias sociais, com destaque para sua característica DIÁRIA, significa que se faz ou acontece todos os dias; cotidiano. O atestado é claro em sua descrição. É evidente que se é diário, então pelo menos UMA VEZ AO DIA é Produzido um Conteúdo, POST, e Publicado nas Redes Sociais, independente do formato (texto, vídeo, áudio etc).

Na verdade, o atestado da Literal contempla um quantitativo muito superior ao que foi solicitado no edital nº 18/2018, uma vez que o contrato da Clipping Express com a empresa atestante foi firmado em 9 de outubro de 2008, totalizando mais de 10 (dez) anos de vigência. Isso significa que são mais de 3.650 (três mil e seiscentos e cinquenta) dias de prestação de serviços de Gerenciamento de Mídias Sociais e Produção de Conteúdo, o que torna óbvio que foram produzidos muito mais de 180 (cento e oitenta) POST em 1(ano) ou 15 (quinze) POST em 1 (um) mês.

Portanto, o documento entregue na habilitação dia 12 de dezembro de 2018, para comprovar a capacidade técnica da empresa Clipping Express, contém, sim, de maneira implícita, mas óbvia, o quantitativo supostamente dado como faltante: Produção de 15 (quinze) Posts mensais ou 180 anuais.

Sobre esse assunto, a Lei Federal de Licitações, ao contemplar a qualificação técnica dos licitantes, traduziu em seu artigo 30 a vontade do legislador de não impedir a participação de interessados que possuíssem capacidade e experiência anterior de objeto semelhante ao que é licitado.

Reza o artigo 30, inciso II: “A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, ...”

Não bastasse a inteligência do dispositivo retro citado, o § 1º do mesmo artigo, traz ainda mais uma regra que traduz a vontade do legislador de ampliar o universo de competidores, afastando cláusulas que impeçam ou dificultem a participação. Versa o trecho do inciso I, do § 1º: “... serviço de características semelhantes, ..., vedadas as exigências de QUANTIDADES MÍNIMAS ou prazos máximos;”.

Sobre a informação do quantitativo mínimo, implícita no atestado de capacidade técnica, o TCU entende que é irregular a inabilitação de licitante em razão de ausência de informação exigida pelo edital, quando a documentação entregue contiver de maneira implícita o elemento supostamente faltante, por representar formalismo exagerado, com prejuízo à competitividade do certame. (Acórdão 1795/2015 – Plenário).

Por esses motivos, o Atestado de Capacidade da Clipping Express, fornecido pela empresa Literal Link, o qual diz respeito “à Prestação de Serviços, DIÁRIOS, de Gerenciamento de Mídias Sociais e Produção de Conteúdo”, com data de 03 de abril de 2017, é válido e comprova, de forma clara e completa, a capacidade da empresa Arrematante do Grupo 3 (três) em prestar os serviços de “Conteúdo Multimídia para Relacionamento em Ambientes Digitais.

Referente aos outros 3 (três) atestados de capacidade técnica, entregues pela empresa Clipping, na fase de habilitação do Grupo 3 (três), com o objetivo de comprovar a capacidade técnica em “Fornecimento de Monitoramento de Mídias Sociais”, todos comprovam plenamente tal exigência.

O respeitado Mistério Público do Trabalho atestou, por intermédio de sua Diretora de Administração Sra. Teresa Cristina Aires de Assis, que “os serviços estão sendo executados de acordo com os parâmetros técnicos de qualidade exigidos no edital e no contrato, de forma satisfatória”. Consta nesse documento, na página 2, item 3, a prestação de serviços de Monitoramento de Mídias Sociais, conforme exigido no edital nº 18/2018, . O contrato com o MTP foi assinado em outubro de 2013 e teve seu fim, por lei, em novembro de 2018, foram 60 (sessenta) meses de vigência. A assessoria de Comunicação do órgão é extremamente exigente no que diz respeito à qualidade do serviço e por isso não renovaria o contrato por 5 (anos) se a premissa não fosse verdadeira. Isso comprova que a empresa Clipping Express é uma empresa séria, responsável e que cumpre com excelência suas obrigações contratuais.

A outra empresa, famosa e conceituada, Price Water House Coopers Auditores Independentes - PWC, de abrangência internacional, atestou que a Clipping Express vem prestando os serviços de POST EXPRESS (Monitoramento de mídias sócias e produção de Relatório de Inteligência), de forma satisfatória e conforme as condições contratuais. O contrato teve início em Junho de 2011 e até a presente data está ativo. Ou seja, são mais de 7 (sete) anos de qualidade na prestação de serviços. Esse fato evidencia a condição de capaz da Clipping.

Logo, todos esses atestados foram entregues com o objetivo de atender as exigências do edital nº 18/2018 e comprovar a habilidade, capacidade e experiência da empresa Arrematante no que diz respeito à Produção de Conteúdo, Gerenciamento e Monitoramento de Mídias Sociais.

A empresa Clipping Express possui 15 (quinze) anos de experiência no mercado e trabalha diariamente com esses serviços, conforme foi comprovado nos atestados entregues. Ao fazer uma pequena comparação das datas de abertura das empresas envolvidas nesse processo de recurso, conforme o CNPJ, a empresa arrematante Clipping iniciou os trabalhos em 28/08/2003, quanto à empresa recorrente IN PRESS OFICINA ASSESSORIA DE COMUNICACAO LTDA só ingressou no mercado em 11/06/2012, ou seja, a Arrematante possui 10 (dez) anos a mais no ramo da Comunicação do que a Recorrente. A Clipping já prestava serviços de Gerenciamento (Produção de Conteúdo) de Mídias Sociais em 2008, conforme comprova atestado, enquanto a empresa recorrente IN PRESS não existia.

Portanto, não há mais o que questionar sobre a capacidade técnica da empresa arrematante Clipping Express, pois todos os fatos e informação estão claros e foram devidamente explicados e comprovados.

DA DILIGÊNCIA

No que diz respeito à diligência do atestado de capacidade da Literal Link, no âmbito de procedimentos licitatórios, o art. 43, §3º, da lei de licitações, dispõe:

“É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.”

A promoção de diligência é incentivada pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União, Acórdão 2159/2016 do Plenário que indicou caber ao pregoeiro o encaminhamento de “diligência às licitantes a fim de suprir lacuna quanto às informações constantes das propostas, medida simples que privilegia a obtenção da proposta mais vantajosa e evita a desclassificação indevida de propostas”.

O TCU entende que ao constatar incertezas sobre o cumprimento de disposições legais ou editalícias, especialmente dúvidas que envolvam critérios e atestados que objetivam comprovar a habilitação das empresas em disputa, o responsável pela condução do certame deve promover diligências para aclarar os fatos e confirmar o conteúdo dos documentos que servirão de base para a tomada de decisão da Administração (art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993). (Acórdão 3418/2014 – Plenário).

Por trás dessa prerrogativa encontram-se a finalidade da busca da proposta mais vantajosa pela Administração, bem como a aplicação do formalismo moderado nos certames licitatórios ponderado com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Nesse sentido, a Digníssima Pregoeira, para comprovação de veracidade e aclarar as informações relacionadas ao atestado de capacidade, solicitou as empresas atestantes Literal Link e Price Water House Coopers Auditores Independentes (PWC) a confirmação do documento, bem como o quantitativo, descrito em números, de produção de conteúdo (POST) para mídias sociais.

Para a comprovação do atestado da PWC foi enviado o contrato de prestação de serviços, datado de 01/06/2011 e para a Literal Link foi solicitado um documento que especificasse a quantidade de Produção de Conteúdo (POST). A Literal Link, por intermédio do seu PROPRIETÁRIO, Senhor Aldo, atestou novamente, conforme solicitado, a quantidade de Post diários: “1(um) Post por dia, totalizando 365 post em 1(um) ano.” Tal informação serviu para comprovar a veracidade do atestado, de 03/04/2017, e evidenciar o objeto descrito, o qual já era conhecido: “A Prestação de Serviços, DIÁRIOS, de Gerenciamento de Mídias Sociais e Produção de Conteúdo”.

O proprietário da empresa Literal Link, Senhor Aldo, cumpriu com a diligência, inclusive enviou o documento diretamente de seu e-mail profissional para o da Senhora Pregoeira. Importante ressaltar que esse processo serviu para aclarar as informações que estavam implícitas no atestado, mas em nenhum momento alterou ou incluiu qualquer tipo de informação ao conteúdo original do atestado de 03/04/2017. Nesse atestado está descrito Produção de Conteúdo - Post - DIÁRIO, e o novo documento, enviado na diligência, afirmou ser “1(um) Post por dia”, ou seja, a mesma informação.

Ainda sobre o documento enviado na promoção da diligência, dia 13/12/2018, mesma data do novo documento, pela empresa atestante Literal Link. A empresa Recorrente afirma que os dados da empresa Literal Link está diferentes dos informados no atestado de capacidade técnica datado de 03/04/2017. Vejamos.

O patrimônio, o nome fantasia Literal Link, o único sócio proprietário, os contatos, o site, os funcionários, os clientes, os equipamentos, os serviços prestados e, principalmente, os serviços contratados da empresa Clipping Express são os mesmos, nada foi alterado; logo, trata-se da mesma empresa.

Há de se ter em conta que a dinâmica de um mercado instável e competitivo induz permanente ajuste na conformação das organizações empresariais, de modo que 20 (vinte) meses se passaram, e nesse tempo alguns ajustes foram realizados pelo Proprietário da Literal Link. Esses ajustes não podem comprometer a veracidade do atestado fornecido para cumprir a diligência em 13 de dezembro de 2018, muito menos prejudicar a empresa Clipping Express.

O Proprietário da empresa Literal Link apenas aclarou o quantitativo já informado anteriormente. Não teríamos como apresentar um documento com o mesmo CNPJ e Razão Social da Literal Link, uma vez que a empresa sofreu ajustes em seus dados, o que é passível de acontecer com qualquer empresa privada. O importante é que a empresa Literal é a mesma, o proprietário que atestou a capacidade técnica da empresa Clipping Express para executar o contrato administrativo, a que se propõe no presente certame licitatório, é o mesmo - Senhor Aldo. Portanto, tal situação decorre de fato alheio à vontade da Clipping Express e não pode trazer implicações para o processo vencido.

Neste momento é importante informar que as empresas recorrentes IN PRESS OFICINA ASSESSORIA DE COMUNICACAO LTDA e a empresa OFICINA DA PALAVRA LTDA são a mesma empresa, possui o mesmo sócio administrador, Senhora PATRICIA, mesmos contatos e mesmo endereço. Dessa forma, a empresa Recorrente está na mesma situação da empresa Literal Link e está usando de estratégias maliciosas para tentar desabilitar a

empresa Clipping Express.

Com base nessa premissa, os atestados de capacidade técnica entregues dia 12/12/2018, bem como os documentos apresentados dia 13/12/2018 para cumprir a diligência, contemplam, sim, a exigência de fornecimento de serviço de monitoramento de redes sociais por 1 (um) mês e produção de 15 posts em texto, áudio, vídeo ou arte gráfica) mensais ou 180 anuais, para o Grupo 3.

DOS FATOS

É irregular a desclassificação de empresa licitante por omissão de informação de pouca relevância sem que tenha sido feita a diligência facultada pelo § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/1993. (Acórdão 3615/2013 – Plenário).

A promoção de diligência foi realizada pela Digníssima Pregoeira e foi atendida, de forma completa, pela empresa Clipping Express. Ainda que não houvesse a promoção de diligência, o atestado da Literal Link, de 03/04/2017, contemplava todas as exigências de tempo, quantitativos e tipos de serviços que o edital nº 18/2018 exige, conforme já foi exaustivamente explicado. Não restando qualquer impedimento para a habilitação.

6. DA ANÁLISE DA ÁREA TÉCNICA DEMANDANTE

6.1. A Assessoria de Comunicação Social manifestou-se por meio da Nota Técnica n.º 01/2019/ASCOM/GM/MJ (7802259), explicitando:

DA ANÁLISE TÉCNICA DAS RAZÕES E CONTRARRAZÕES APRESENTADAS

No que tange à qualificação econômica, as razões apresentadas serão analisadas pela área de licitações.

Quanto à questão do atendimento das exigências de qualificação técnica é preciso, em primeiro lugar, esclarecer que a exigência do item 8.8.1 não se confunde com a do item 8.8.2 do Edital. Em tempo, no item 8.8.1 do Edital a licitante deverá comprovar a prestação de serviços nas condições ali definidas como forma de demonstrar que é capaz de realizar serviço similar ao objeto a ser contratado, para o caso do item 8.8.2 o que se busca é verificar a solidez do futuro fornecedor fundada em sua experiência, o que visa minimizar os riscos da administração contratar empresas que acabem não conseguindo cumprir o contrato. O Tribunal de Contas da União, ao analisar a pertinência de se exigir a comprovação de prestação de serviço compatível e de prazo de experiência identificou as duas exigências como de natureza distinta, conforme trecho do voto que fundamenta o Acórdão 8.364/2012-2ª Câmara:

4.Com efeito, também entendo que as exigências de experiência mínima de 3 (três) anos no mercado do objeto licitado e de estar gerindo 20 postos, apesar de serem complementares, não se sobrepõem nem são excludentes, tendo em vista que buscam avaliar competências distintas. A primeira atenta para a experiência e a estabilidade da empresa no mercado ao passo que a segunda busca aferir a sua capacidade de gestão de pessoas e a de suportar os custos mínimos de administração inerentes à prestação dos serviços, independentemente do número de postos.

Dessa forma, tratam-se de requisitos distintos sendo possível, a cumprimento de um e o descumprimento de outro por parte da empresa e ainda, sendo possível a comprovação de um por determinado documento ou conjunto de documentos e a não comprovação do outro nesse mesmo conjunto de documentos.

Nesse sentido, para o caso em tela, a empresa recorrida comprovou por meio de atestados distintos o pleno atendimento dos itens 8.8.1 e 8.8.2 do Edital relativamente ao item 2. De fato, para ambos os itens a empresa deveria comprovar a realização de serviço compatível ou similar ao de auditoria de imagem. Para o item 8.8.1 os critérios específicos para caracterização de serviço compatível à auditoria de imagem foram definidos na tabela do item 8.8.1.1, os quais foram atendidos pelo atestado emitido por SANEPAR, para o item 8.8.2 bastava que a empresa comprovasse a realização de prestação de serviço similar à auditoria de imagem, independentemente dos critérios específicos da tabela do item 8.8.1.1, pelo prazo de três anos, o que restou comprovado por meio do atestado expedido por LITERAL LINK.

Assim, no que tange ao item 2, esta unidade técnica mantém seu posicionamento quanto à habilitação técnica da empresa CLIPPING EXPRESS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO LTDA - EPP.

Em relação ao grupo 3, também restou comprovado o atendimento dos critérios de habilitação técnica pela empresa recorrida, por meio do atestado emitido por LITERAL LINK o qual informou a produção e publicação diária de posts nos formatos de textos, áudios, vídeos e artes. Observe-se que no atestado originalmente encaminhado pela licitante recorrida já havia a informação de que a produção de posts ocorria de forma diária, de sorte a se inferir,

considerando o prazo da prestação de serviços comprovado naquele documento (8 anos e 6 meses), que o quantitativo comprovado alcançava os critérios exigidos pelo Edital. A diligência expedida teve como condão aclarar tais quantitativos, de sorte a conferir maior fundamentação na decisão de habilitar a empresa, não obstante, os documentos apresentados pela recorrida na diligência realizada não se prestam a apresentar informação nova, somente a detalhar ou esclarecer dado já constante nos documentos apresentados na forma do item 7.6 do Edital.

Não obstante, quanto ao questionada pela recorrente relativamente à expedição de documentos em fase de diligências por empresa diferente daquela que expediu o atestado de capacidade técnica originalmente apresentado, informamos que foi procedida diligência, neste prazo recursal, com o fito de esclarecer a autoria dos documentos emitidos por LITERAL LINK por ocasião de diligência realizada na fase de aceitação.

Nessa linha, da leitura dos documentos resultantes da diligência recentemente realizada (7805288), verifica-se que a documentação emitida por LITERAL LINK constitui-se de grupo econômico formado por diferentes CNPJs, resultando no remanejo de contratos e responsabilidades entre as diversas empresas do grupo, pertinente a transcrição de trecho dos esclarecimentos prestados:

As empresas B&I Comunicação e Buenos Aires Comunicação fazem parte do mesmo grupo, Literal Link, o qual possui o mesmo administrador, Sr. Aldo Ribeiro. A partir de 19 de setembro de 2017, a empresa Buenos Aires Comunicação Publicidade e Propaganda Ltda, CNPJ nº 72.409.956/0001-52, vem assumindo todos os compromissos e contratos da Literal Link, inclusive os que estavam firmados com a B&I Comunicação Ltda, a qual deixou de operar, embora ainda esteja ativa.

Por essa razão, em nome da empresa B&I Comunicação Ltda, esclarecemos o ocorrido e aproveitamos para reiterar a capacidade técnica da empresa Clipping Express - Serviços de Informação Ltda - EPP, CNPJ nº 05.886.896/0001-71, no que diz respeito à prestação de serviços diários de Gerenciamento de Mídias Sociais e Produção de Conteúdo.

Dessa forma, na documentação originalmente apresentada, complementada pelos documentos colididos em fase diligencial, restaram comprovados os critérios exigidos nos itens 8.8.1 e 8.8.2 do Edital pela recorrida, assim, no que tange ao grupo 3, esta unidade técnica mantém seu posicionamento quanto à habilitação técnica da empresa CLIPPING EXPRESS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO LTDA - EPP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, considerando a ausência de elementos capazes de alterar a análise técnica realizada por essa unidade, mantemos a íntegra da manifestação técnica emitida por meio das notas técnicas Nota Técnica nº 18/2018/ASCOM/GM/MJ, Nota Técnica nº 20/2018/ASCOM/GM/MJ e Nota Técnica nº 22/2018/ASCOM/GM/MJ de sorte a manter a habilitação de CLIPPING EXPRESS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO LTDA - EPP para o item 2 e grupo 3 do Pregão Eletrônico nº 18/2018.

7. DA ANÁLISE DA PREGOEIRA

7.1. Sobre a Qualificação Econômica-Financeira, assim dispõe o Edital:

8.7. Qualificação Econômico-Financeira

8.7.1. certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

8.7.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.7.2.1. O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui (capital mínimo ou patrimônio líquido) equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

7.1.1. Nesse contexto, destacamos que a licitante CLIPPING EXPRESS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO LTDA apresentou seu balanço patrimonial (7694391), por meio do qual foi possível atestar os índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), conforme relatório de índices econômicos acostado ao SEI nº 7703390. Tal relatório foi feito pela pregoeira com a utilização da calculadora financeira,

instrumento de apoio aos pregoeiros e membros das comissões de licitação, disponível no sítio eletrônico <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/calculadora>.

7.1.2. Desse modo, constata-se que a empresa CLIPPING EXPRESS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO LTDA cumpriu a exigência editalícia contidas no item 8.7.2.

7.2. Quanto às demais alegações referentes aos atestados de capacidade técnica acompanhamos o entendimento proferido pela área técnica demandante.

7.3. No que tange à realização de diligências esclarecemos, ainda:

7.3.1. O art. 43, §3º, da lei de licitações: *É facultada à Comissão ou autoridade superior, **em qualquer fase da licitação**, a promoção de diligência destinada a **esclarecer ou a complementar a instrução do processo**, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.*

7.3.2. Importante ressaltar que o documento apresentado pela empresa CLIPPING EXPRESS em face da diligência encaminhada não corresponde a dado inédito no certame, mas sim de complementação de informações que já haviam sido prestadas, tempestivamente, pela licitante.

7.3.3. Nada obsta que sejam juntados outros documentos que esclareçam ou complementem as informações constantes daqueles apresentados originariamente pelo licitante. Isso porque, a ideia de esclarecimento e complementação envolve também a comprovação das informações adicionais mediante aposição de novos documentos.

7.3.4. Por trás dessa prerrogativa encontram-se a finalidade da busca da proposta mais vantajosa pela Administração, bem como a aplicação do formalismo moderado nos certames licitatórios ponderado com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

7.3.5. A promoção de diligência é incentivada pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União, como ocorrido no Acórdão 2159/2016 do Plenário que indicou caber ao pregoeiro o encaminhamento de *“diligência às licitantes a fim de suprir lacuna quanto às informações constantes das propostas, medida simples que privilegia a obtenção da proposta mais vantajosa e evita a desclassificação indevida de propostas”*.

8. DA CONCLUSÃO

8.1. Analisando as razões recursais da Recorrente, as contrarrazões apresentadas pela Recorrida, bem como os requisitos do edital, a legislação vigente, o posicionamento dos órgãos de controle, os princípios administrativos e com lastro na manifestação da área técnica demandante, verifica-se que **não se afiguram motivos para a reconsideração da decisão de declarar vencedora do Pregão Eletrônico nº 18/2018 a licitante CLIPPING EXPRESS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO LTDA para o item 2 e grupo 3**, nem para proceder qualquer desclassificação/inabilitação, razão pela qual mantenho a decisão.

8.2. Conforme art. 3º, §3º da Lei nº 8.666/93, os autos do procedimento licitatório são públicos e acessíveis a qualquer interessado, por meio de acesso eletrônico externo, nos termos do item 25.9 do Edital.

8.3. Assim, encaminho os autos à autoridade superior para sua análise, consideração e decisão do Recurso Administrativo em pauta, nos termos do inciso IV, art. 8º do Decreto nº. 5450/2005.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRA LACERDA FERREIRA RIOS, Pregoeiro(a)**, em 03/01/2019, às 18:08, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **7785121** e o código CRC **98EC9191**.
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça.

Referência: Processo nº 08001.004855/2018-49

SEI nº 7785121